

# *Um pouco de Dornbusch* "Um pouco de Menem, de García e Salinas"

por Claudia de Souza  
de Cambridge

O professor Rudiger Dornbusch está sentado em seu escritório no Departamento de Economia no quinto andar da Sloan School, Massachusetts Institute of Technology, o célebre MIT, a sala repleta de livros e papéis amontoados no chão, no melhor estilo de decoração acadêmico. Diante de uma enorme janela com vista para o rio Charles, que permeia toda a região de Boston, ele não tem muita cerimônia quando conversa sobre a economia brasileira.

"Existe no Brasil um contraste extraordinário entre um presidente poderoso e determinado e a mais agressiva incompetência de seu time econômico", diz, com a desenvoltura de quem está acostumado a ser ouvido pelos formuladores de política econômica mais influentes em vários países do mundo.

O especialista, um alemão de 48 anos de conversa densa e bem informada, é radicado nos Estados Unidos desde 1967, onde fez doutoramento na Universidade de Chicago e passou a



Rudiger Dornbusch

lecionar no MIT em 1975. Ele é ouvido regularmente pelo presidente do México, Carlos Salinas de Gortari, desde o tempo em que este estava em campanha. No fim de semana, Dornbusch esperava a visita do ministro das Finanças mexicano, Pedro Asper Armellar, seu ex-aluno e amigo pessoal, mas uma inundação no Estado de Chihuahua impediu sua viagem.

Outra visita que ele esperava de fato ocorreu. Dornbusch recebeu em Cambridge, também no fim de semana, outro ex-aluno e amigo pessoal, o economis-

2 \* OUT 1990

ta brasileiro Daniel Dantas. Dantas esteve em Washington para a reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI) e passou por Nova York acompanhando a visita do presidente Collor. Na quinta-feira, Dantas estivera no seminário sobre oportunidades de negócios no Brasil dirigido para empresários norte-americanos com toda a equipe econômica do governo, na companhia do empresário Olavo Montei-ro de Carvalho.

Dornbusch dificilmente poderia ser taxado de economista incompetente, segundo a expressão usada recentemente pelo presidente Collor. Autor respeitado internacionalmente com vários trabalhos publicados sobre a economia dos Estados Unidos, os programas de reforma do Leste europeu, a economia soviética e os programas de estabilização econômica em todos os países onde eles foram tentados, o economista está envolvido com o "state of the art" da política econômica também nos países da Europa ocidental.

Na Itália, por exemplo,

(Continua na página 6)

• Nacional

POLÍTICA ECONÔMICA

*Brasil*

GAZETA MERCANTIL 2º OUT 1990

CASA GR

# “Um pouco de Menem, de García...”

por Claudia de Souza  
de Cambridge  
(Continuação da 1ª página)

ele deverá estar nos próximos dias pela terceira vez no último mês, prestando consultoria a homens de negócios do Norte e, entre outras empresas, o Banco San Paolo, italiano.

Falando a este jornal, o professor demonstra surpresa ao saber sobre o maior legado de sua recente visita ao Brasil — onde já morou durante um ano na década de 70 e com o qual tem laços especiais, por ser casado com a economista brasileira Eliane Cardoso. Ele afirma que desconhece a repercussão de uma de suas recomendações, a de se instituir agora no Brasil um congelamento temporário de preços e salários, seguida é claro de usuais desmentidos. Um deles, em tom de animado, na última quinta-feira, pela ministra Zélia Cardoso de Mello, em Nova York.

O raciocínio de Dornbusch sobre o que precisaria ser feito no País no atual momento é, obviamente, bem mais amplo. Para ele, a economia brasileira tem sofrido grandes danos com o que ele chama de política econômica pendular da atual equipe: no começo, congelamento de preços e um pouco depois prefixação zero dos salários, logo após um relaxamento do empréstimo compulsório de cruzados algo descontrolado, depois então o pretendido crescimento zero da emissão de moeda.

“Viradas completas no modo como querem tratar a economia, começando com um congelamento, para quatro meses depois dizer que só a recessão profunda parará a inflação. Se você fizesse isso com um paciente de câncer, acho que não sobraria muito dele. Somente a extraordinária resiliência (“resiliência”) do Brasil, seu enorme colchão de otimismo que faz o País andar como se a política econômica não existisse, para enfrentar isso”, diz.

No entanto, esse colchão de otimismo e capacidade de sobrevivência e adaptação não são suficientes, ele argumenta, para fazer o Brasil voltar a crescer assim que a política econômica for acertada. Muita disciplina e, principalmente, a habilidade política e econômica de instituir para o Brasil um horizonte de mais longo prazo, sem vitó-

rias semanais ou mensais sobre o índice de inflação mas na perspectiva de que, tomadas as medidas corretas, é preciso esperar pela maturação dos resultados. Isso, raciocina o especialista, cabe ao presidente.

## A economia sofre danos de uma política pendular

“Collor hoje é como um triângulo. Ele tem um pouco do presidente argentino Carlos Saul Menem, quando pula de aviões e coisas do gênero. Um pouco do ex-presidente peruano Alan García, quando está em campanha política. E tem um pouco de Salinas, quando fala de instituir um estado moderno e também em termos de sua disciplina pessoal, sua percepção como governante. Eu gostaria de ver muito mais de Salinas e menos de García. Ele não olha o suficiente para a experiência de outros países. Ele fala muito sobre entrar no primeiro mundo mas faz muito pouco para que isso aconteça”, compara, argumentando que Collor deveria se deter na análise do que se passou com o México: três meses de política econômica estável e não pendular, que obteve sucesso dentro de condições que o economista considera mais difíceis do que a situação brasileira: a fuga de capitais e o colapso dos preços do petróleo; de cujas exportações depende bom pedaço da economia mexicana, na época em que Salinas assumiu o poder.

Depois de ver sua equipe econômica tentar tão diversos caminhos na busca de estabilização e colocado diante da perspectiva de ver sua popularidade desgastada por meses de recessão profunda na economia, o presidente estaria hoje, na opinião de Dornbusch, diante da possibilidade de estabelecer um divisor de águas. A atual ênfase da equipe na política monetária pode estar brevemente dando sinais de que o controle absoluto da moeda é impraticável — já há rumores no mercado financeiro de que a expansão do M1 (papel-moeda e depósitos a vista) não está controlada, assim como

não vem sendo controlada a expansão do M4 (o agregado de toda a moeda) há meses —, e este momento, de novamente mudar de rota, poderá ser decisivo. Se bem aproveitado, poderá ser a grande chance de uma estabilização bem-sucedida, a exemplo do que fizeram o México e o Chile.

Dos quatro componentes de todo programa de estabilização de economias inflacionárias, o Brasil já tentou todos, argumenta Dornbusch, mas sempre de forma separada, como alternativas de rumo e não partes de um esforço sério e concertado. Ele menciona o congelamento de preços do Cruzado, feito com grandes aumentos salariais e sem nenhuma forma de ajuste fiscal. Outras tentativas anteriores e posteriores ao Cruzado, de controle de preços e salários ao mesmo tempo, mas sem corte nas despesas do setor público. Arrochos salariais, sem controle sobre os preços praticados pelas empresas e sem o correspondente aperto no crédito. E, no momento, os vários caminhos delineados pela atual equipe econômica, o último deles centrado numa política monetária austera e na perspectiva de recessão, reforçada por um ajuste fiscal mas sem controle dos preços e dos salários, dificultada sua possibilidade de sucesso também por uma supervalorização do cruzeiro, de efeito potencialmente inflacionário.

“Vocês tentaram de tudo mas sempre uma peça de cada vez. É preciso um acerto entre os sindicatos, as empresas e o setor público para que seus preços sejam controlados — não mais do que dois meses, apenas para dar um horizonte mais longo para a economia —, ao mesmo tempo em que se mantém a política monetária séria, o balanço fiscal, que é uma parte tão positiva deste governo”, argumenta.

## O controle absoluto da moeda é impraticável

“Ele deveria dizer às empresas e aos sindicatos, vamos congelar os dois, preços e salários, ao mes-

mo tempo. Não por muito tempo, mas para sair dos reajustes automáticos. Israel e México fizeram isso de forma completa e perfeita. Macroeconomia não é mais um tema nesses países. Eles agora, como o México, tratam da questão de como privatizar melhor a economia e outros problemas de longo prazo”, conclui.

A inflação no Brasil que existe agora seria, no entender de Dornbusch, puramente inercial. As empresas aumentam de preço porque todo mundo está fazendo o mesmo. Os sindicatos não poderão, para ele, arcar sozinho com o peso de ser cobaias de mais uma tentativa estabilizadora. “Os salários perderam 25% de seu valor real com relação ao ano passado, os trabalhadores não aceitam ver seus salários controlados enquanto as empresas e o setor público continuam a reajustar seus preços”, afirma o economista.

## A atual inflação brasileira é inercial

O fato de a inflação ser puro automatismo por parte dos agentes econômicos é explicado por ele por uma constatação importante, que empresários de vários setores da economia já descobriram há algum tempo. Não existe hoje a demanda excessiva que chegou a existir em outros momentos da história econômica recente, como no tempo do Plano Cruzado.

Também não existe a recessão profunda que a atual equipe econômica tanto gostaria de ver. A queda de vendas, que chega a 20% em setores como o varejo, não está presente em todos os setores da economia. É localizada. Por isso, também a atual política monetária apertada só se fará sentir daqui a algum tempo, quando — no dizer de vários economistas e empresários brasileiros — as empresas começarem a quebrar. Por enquanto, não há pressão para que a indústria corte suas margens ou reduza os seus preços: elas na maior parte têm encomendas em carteira e não precisam baixar preços. Bem o opo-

to: com os juros altos e as idiosincrasias da economia brasileira como a oligopolização e a forte concentração da renda, os preços continuarão subindo se não forem colocados sob controle.

## Collor é o presidente mais forte que o Brasil já teve

Embora, na opinião de Dornbusch, o presidente Collor tenha perdido, ao ser eleito com índice tão alto de popularidade, sua grande chance de estabelecer um diálogo fácil e produtivo com os sindicatos, o atual momento de busca de algo na linha de um pacto, que vem sendo chamado de entendimento social, seria um momento altamente oportuno para tentar, pela primeira vez, um programa completo de estabilização da economia: uma política de rendas centrada no controle temporário de preços do setor público, das empresas e do fator trabalho; uma política monetária “séria”, como ele diz, cujo efeito recessivo seria contrabalançado pela existência de um colchão de acerto nos preços; a manutenção dos cortes de despesas e enxugamento do setor público; a efetiva liberalização do comércio exterior, em que seja eliminada a distorção que representa hoje a supervalorização do cruzeiro em relação ao dólar.

Tudo isso a ser levado a cabo por um presidente que, como lembra o analista, é o mais forte que o Brasil já teve desde Getúlio Vargas. Somente sua determinação e credibilidade, a exemplo do que aconteceu com Salinas no México, poderiam levar a cabo o que Dornbusch define como indexação “totalmente exposta da economia por seis meses”, que não tem nenhuma relação com tentativas de prefixar o índice de inflação ou de aumento salarial, mas se trata do controle temporário e efetivo de todos os preços da economia ao mesmo tempo.

No momento, a condução da política econômica brasileira parece a Dornbusch muito semelhante ao que foi feito na Argentina no

tempo do ministro Martínez de Hoz: o esforço positivo de modernização acompanhado porém do que ele chama de “brutal” supervalorização do câmbio. “O argumento usado é sempre o de que está tudo bem, o país pode arcar com a despesa, continua gerando superávits comerciais”, lembra o economista. O resultado, bem conhecido, foi a hiperinflação e o que ele considera completa desindustrialização do país.

O erro de supervalorizar a moeda não é privilégio de países não desenvolvidos. Dornbusch lembra a supervalorização do dólar nos Estados Unidos em 1985; “extremamente cara para a América”, como ele diz, e que teria sido a origem de muitos dos problemas que os Estados Unidos enfrentam hoje, entre eles o fato de que hoje tudo é comprado por aquele país, e cada vez menos produzido aqui.

“É muito caro para o Brasil manter a taxa de câmbio nesse ponto absurdo. O presidente certamente não sabe nada sobre a experiência de outros países. Se se olhar para qualquer experiência de supervalorização nesses termos, se verá que, dentro de um ano e meio, haverá um colapso da economia”, argumenta. “A Argentina, o Chile, os Estados Unidos, a Inglaterra de Thatcher. Toda vez que há um governo muito forte encenando um sonho macroeconômico ao final dá-se um colapso.”

Custa caro manter o cruzeiro tão valorizado porque se trata de uma situação que pode ser mantida por um tempo relativamente longo. Pode durar meses, até um ano. “Isso me preocupa porque, com o superávit comercial presente e não havendo pressão de colapso na indústria, não se enfrenta a inconveniência de fazer uma grande desvalorização que obviamente será inflacionária”, diz.

Assim como seria necessário que o acerto cambial fosse feito sem demora, o mesmo teria que acontecer, para Dornbusch, com o pacto social. Se o pacto social demorar para ser feito, o País estará mergulhado na recessão e, se for feito, correr-se-á o perigo de imaginar que a expansão da economia pode já ser feita, perdendo mais uma vez a chance de esperar, com a economia controlada e a política monetária ainda apertada, os resultados de uma verdadeira estabilização, permanente e duradoura.